



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos de cozinha industrial destinados à Cozinha Piloto Municipal de Cândido Rodrigues/SP, unidade responsável pelo preparo e fornecimento de refeições aos alunos da rede municipal de ensino.

1.2. A contratação visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, assegurando infraestrutura adequada para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a melhoria das condições de trabalho e produtividade dos servidores envolvidos no preparo das refeições.

1.3. O objeto compreende o fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, devidamente certificados, com garantia mínima de 12 (doze) meses e assistência técnica no território nacional, conforme quantidade e especificações informadas no quadro abaixo.

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	QTD	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	<b>Congelador horizontal</b>	Freezer doméstico dupla função freezer/refrigerador, com duas portas, tipo horizontal, capacidade mínima de 510 litros, na cor branca, gabinete externo e interno com chapa de aço, medindo aproximadamente (940 x 1470 x 780 mm) = (a x l x p), consumo aproximado de 85 kwh/mês, 220V, contendo 01 grade, 4 pés com rodízio, dreno frontal e termostato no painel frontal, com garantia mínima de 12 meses a partir da data de entrega do produto; conforme normas NBR/Abnt vigentes.	05	R\$ 3.362,88	R\$ 16.814,40
02	<b>Espremedor de frutas Comercial</b>	Espremedor de frutas elétrico, industrial, com capacidade mínima para espremer 3 litros, copo em polietileno de alta densidade e peneira, corpo polido, pé antiderrapante em pvc flexível, castanha em polietileno de alto impacto, para espremer laranja e limão, medindo (390 x 240 x 195)mm (a x l x p), tampa protetora em polietileno de alta densidade, bica em alumínio polido, tensão de alimentação 100V, motor com potência mínima de 0,25cv, porta fio na parede inferior, com garantia mínima de 12 meses após a entrega do produto, garantia no sistema balcão.	02	R\$ 348,17	R\$ 696,34
03	<b>Processador de alimentos Comercial</b>	Processador de alimentos comercial, dotado de sistema de monitoramento de abertura das tampas, fabricado em conformidade à Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho NR12 – Segurança no trabalho e máquinas e equipamentos, em aço inoxidável, voltagem 200V. O aparelho deve possuir certificação do INMETRO, conforme estabelecido nas portarias no 371 do INMETRO, de 29 de dezembro de 2009 e no 328, de 8 de agosto de 2011. Com garantia mínima de 12 meses a partir da data de entrega do produto.	01	R\$ 2.955,00	R\$ 2.955,00
03					
				<b>TOTAL →</b>	<b>R\$ 20.465,34</b>



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

1.4. Valor total estimado da contratação: **R\$ 20.465,34 (vinte mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, Lei 14.133/21).**

2.1. A contratação ora proposta justifica-se pela necessidade de modernização e ampliação da infraestrutura da Cozinha Piloto Municipal de Cândido Rodrigues/SP, responsável pelo preparo e fornecimento de refeições aos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

2.2. O diagnóstico realizado apontou que os equipamentos atualmente disponíveis encontram-se desgastados, obsoletos e com elevado custo de manutenção, comprometendo a eficiência operacional e colocando em risco a regularidade da produção e da qualidade das refeições.

2.3. A aquisição de novos equipamentos de cozinha industrial, devidamente certificados e adequados às normas técnicas vigentes (ABNT, ANVISA e INMETRO), possibilitará:

- a) Aumento da capacidade produtiva da Cozinha Piloto, garantindo o atendimento integral da demanda atual e futura;
- b) Melhoria da qualidade nutricional e sanitária das refeições servidas;
- c) Redução de custos de manutenção corretiva, pela substituição de equipamentos antigos e de baixo rendimento;
- d) Fortalecimento das condições de trabalho dos servidores responsáveis pelo preparo das refeições;
- e) Cumprimento do dever constitucional do Município de assegurar alimentação saudável e de qualidade aos estudantes da rede municipal.

2.4. Dessa forma, a presente contratação revela-se essencial e estratégica para a continuidade da política de alimentação escolar, garantindo a prestação de serviço público de caráter essencial, com eficiência, economicidade e em estrita observância ao interesse público.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).**

3.1. A solução adotada consiste na aquisição de equipamentos de cozinha industrial novos, de primeiro uso, devidamente certificados e com garantia mínima de 12 (doze) meses, destinados à Cozinha Piloto Municipal de Cândido Rodrigues/SP.

3.2. A aquisição abrangerá equipamentos destinados a todas as etapas do processo de produção de refeições escolares, compreendendo:

- a) Preparo e cocção dos alimentos: fogões industriais de 6 bocas com forno a gás GLP;
- b) Apoio logístico e operacional: carros auxiliares em aço inox;
- c) Conservação de gêneros alimentícios: refrigerador industrial de 4 portas (1.000 L) e congeladores horizontais de 510 L;
- d) Processamento de alimentos: liquidificador comercial de 8 litros, batedeira planetária industrial de 12 litros e processador de alimentos comercial;
- e) Controle de insumos e medidas: balança eletrônica digital de cozinha (30 kg);
- f) Suplementação de preparo de bebidas naturais: espremedores de frutas elétricos industriais.

3.3. Os equipamentos deverão atender, no mínimo, às seguintes condições:

- a) Eficiência energética e segurança, com certificação do INMETRO quando aplicável;
- b) Conformidade às normas da ABNT, ANVISA e NR-12, garantindo padrões de segurança alimentar e de operação;
- c) Entrega, instalação e montagem (quando aplicável) no local de destino, a cargo do fornecedor;
- d) Fornecimento acompanhado de manuais técnicos em português, termo de garantia e certificados de conformidade;
- e) Disponibilidade de assistência técnica no território nacional durante o período de garantia.



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

3.4. A solução proposta possibilitará o pleno funcionamento da Cozinha Piloto Municipal, garantindo a continuidade do fornecimento regular e seguro de refeições aos alunos da rede municipal de ensino, em conformidade com as políticas públicas de educação e alimentação escolar.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

### **4.1.1. Condições Gerais**

- a) Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente embalados, acompanhados de manuais em língua portuguesa e termo de garantia;
- b) Os produtos deverão estar em conformidade com as normas da ABNT, ANVISA e NR-12, quando aplicável, bem como possuir certificação do INMETRO para os itens que exigirem;
- c) O fornecedor deverá assegurar que os equipamentos sejam adequados para uso industrial e contínuo, considerando a elevada demanda da Cozinha Piloto Municipal.

### **4.1.2. Garantia e Assistência Técnica**

- a) Garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da data de entrega definitiva;
- b) Disponibilidade de rede de assistência técnica autorizada em território nacional, preferencialmente em municípios próximos;
- c) Em caso de defeito de fabricação, deverá ser providenciada a substituição ou conserto imediato do equipamento, sem ônus para a Administração.

### **4.1.3. Entrega e Instalação**

- a) O prazo máximo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho;
- b) Os equipamentos deverão ser entregues e, quando necessário, instalados na Cozinha Piloto Municipal de Cândido Rodrigues/SP;
- c) O transporte, descarga, instalação e eventuais ajustes correrão por conta do fornecedor, sem custos adicionais para a Administração;
- d) Os bens deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, termo de garantia, manuais técnicos e certificados de conformidade.

### **4.1.4. Segurança e Conformidade**

- a) Todos os itens deverão atender aos requisitos de segurança do trabalho, especialmente a NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- b) Não serão aceitos produtos usados, recondicionados ou com avarias;
- c) O fornecedor deverá observar práticas de destinação ambientalmente adequada de embalagens e resíduos decorrentes da instalação dos equipamentos.

## **5. MODELO DE GESTÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).**

### **5.1. Execução do Contrato**

5.1.1. A execução do contrato se dará sob a forma de fornecimento de bens, com entrega única dos equipamentos especificados no presente Termo de Referência;

5.1.2. O fornecedor será responsável por todas as etapas necessárias para o fornecimento, incluindo embalagem, transporte, entrega, instalação (quando aplicável) e garantia;

5.1.3. O prazo máximo para entrega será de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho.

### **5.2. Recebimento dos Bens**

5.2.1. O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

- a) **Recebimento provisório:** realizado no ato da entrega, para conferência das quantidades e verificação inicial da integridade física;



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

b) **Recebimento definitivo:** após a verificação do atendimento às especificações técnicas, funcionamento adequado e entrega da documentação exigida (notas fiscais, termos de garantia, certificados e manuais).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).

### 6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.19. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a efetiva realização do serviço de acordo com as condições pré-estabelecidas na proposta comercial e neste termo de referência, atestada pelo gestor do contrato;

7.2.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.2.3.1. Não produziu os resultados acordados;
- 7.2.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.2.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias, após transferência total dos recursos relacionados ao convênio firmado com o Estado de São Paulo à Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues**, mediante, ainda, apresentação de nota fiscal/documento equivalente, respeitado em todo caso a ordem cronológica de pagamentos, devendo a nota fiscal conter o **número da licitação**.

7.3.2. As notas fiscais/documento equivalentes deverão ser encaminhados para os e-mails [nfe@candidorodrigues.sp.gov.br](mailto:nfe@candidorodrigues.sp.gov.br) e [prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br](mailto:prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br).

7.3.3. Será considerado atraso no pagamento, se **decorrido 2 (dois) meses**, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, não houve adimplemento da obrigação pela Administração.

7.3.4. O disposto no item 7.3.3 não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

## 7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à





# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.5. O convênio citado na cláusula 7.3.1 e que se refere como data de início para a contagem do prazo de pagamento é o relacionado à demanda nº 028859, vinculada ao processo SEDUC-PRC-2022-02135-DM.

## 8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de acordo com o que consta no edital de abertura e neste Anexo I – Termo de Referência.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

### 8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.12.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.12.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor, para débitos inscritos e não inscritos;

8.13.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu



# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## 8.14. Habilitação técnica:

8.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento dos materiais objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 8.15. Outros documentos:

8.15.1. Catálogo detalhado com as especificações dos itens a serem fornecidos, contendo fotografias, marca, modelo, capacidade, dimensões e demais especificações técnicas que sejam necessárias para a certificação, pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, orientados por profissional especializado e designado pelo município, quanto ao atendimento de referido item ao que exige este procedimento licitatório.

8.15.2. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal; que os sócios/proprietários da empresa não possuem parentesco por consanguinidade ou afinidade até 3º grau com qualquer servidor público ou dirigente da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, responsável(is) pela licitação; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas; que suas propostas econômicas compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; que conhece e aceita todas as condições constantes da licitação em referência, bem como de seus Anexos, e que, desse modo, cumprimos plenamente a todos os requisitos necessários à habilitação e participação no mesmo; que inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, e que a mesma não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera e não está suspensa para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme **Anexo III**.

8.15.3. Declaração do responsável pela assinatura do instrumento contratual, conforme **Anexo V**.





# Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, Lei 14.133/21).

9.1. Para a constituição das referências de valores foram realizadas pesquisas no banco de preços de acordo com as quantidades a serem contratados.

9.2. A metodologia utilizada para se chegar ao valor final do preço, foi a médias dos valores obtidos junto ao banco de preços.

9.3. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 20.465,74 (vinte mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)**, vedada a prorrogação.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).

10.1. O pagamento dos equipamentos será realizado com recursos repassados pelo Governo do Estado de São Paulo, em atendimento à demanda registrada sob o nº 028859, vinculada ao processo SEDUC-PRC-2022-02135-DM, destinados especificamente ao fortalecimento da infraestrutura da alimentação escolar no Município de Cândido Rodrigues/SP.

10.2. A despesa se encontra alocada na seguinte dotação orçamentária:

Código da Ficha 221	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	12.306.0015.2013.00004.4.90.52.00
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Este Termo de Referência foi elaborado pela seguinte pessoa:

Candido Rodrigues, 16 de outubro de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Silvia Elena Luquês**  
**Secretária Municipal de Educação**